



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA DO RIO PARAÓPEBA
Ata da 50ª reunião, realizada em 19 de dezembro de 2011

1 Em 19 de dezembro de 2011, reuniu-se a Unidade Regional Colegiada do Rio
2 Paraopeba (URC Paraopeba) do Conselho Estadual de Política Ambiental
3 (COPAM), em Belo Horizonte, Minas Gerais. Participaram os seguintes membros
4 efetivos e suplentes: o presidente Danilo Vieira Júnior, Saulo de Souza Queiroz,
5 Paulo Emílio Guimarães Filho, Luiz Henrique Passos Rezende e Ernane Parreiras /
6 Fábio Santos Dutra – representantes do poder público; Paula Meireles Aguiar,
7 Guilherme da Silva Oliveira, Francisco de Assis Lafetá Couto, Marco Aurélio
8 Moreira, Lígia Vial Vasconcelos e Mauro da Costa Val – representantes da
9 sociedade civil. Assuntos em pauta. **1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL**
10 **BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA.** Presidente
11 Danilo Vieira Júnior: “Hoje, 19 de dezembro, estamos aqui num dia especial para
12 este Conselho. Nós estamos hoje aqui realizando a 50ª reunião ordinária da URC
13 Rio Paraopeba. Essa data foi comemorada em todas as outras regionais, porque se
14 tornou um simbolismo da consolidação deste modelo descentralizado do COPAM.
15 Eu acho que foi um marco, uma mudança, uma quebra de paradigma dentro do
16 Estado, onde conseguimos formar conselhos com pessoas da região onde os mesmos
17 detêm conhecimento aprofundado dos processos que estão em pauta, dos problemas
18 que ocorrem nessa região, e dessa forma conseguimos deliberar de forma muito
19 mais sólida, com muito mais conteúdo. E sentimos essa mudança de forma ainda
20 maior no interior do Estado. Aqui na capital era onde aconteciam as reuniões, eram
21 formados os conselhos e, geralmente, os conselheiros eram daqui. No interior, havia
22 uma distância muito grande do setor produtivo, da sociedade civil, daqueles que
23 definiam os rumos da gestão dos recursos naturais naquela região. Então, esse é um
24 marco e entendo que devemos celebrar, porque aprendi que, para que uma coisa dê
25 certo, nós temos que ter primeiro um sonho, acreditar naquilo e sonhar, porque o
26 sonho nunca deixa a nossa motivação cair, e nos deixa sempre acreditando naquilo.
27 Nós temos que ter um planejamento e temos que executar aquilo. E, quando a coisa
28 vem acontecendo da forma planejada, temos também que celebrar. Tivemos
29 reuniões extraordinárias seguidas neste fim de ano, o que atrapalhou um pouco o
30 planejamento. Mas, como o Conselho é quase que comum com o Velhas, vamos ver
31 se no começo do ano – o Velhas ainda está na 48ª reunião – fechamos uma
32 comemoração comum do Velhas e do Paraopeba, para que marquemos essa data
33 como um marco importante na gestão dos recursos naturais dessas duas bacias.” **3)**
34 **COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS.** A conselheira Paula Meireles Aguiar
35 disponibilizou a cartilha de obrigações ambientais de 2012, elaborada pela Fiemg,
36 contendo as principais obrigações legais de natureza ambiental para orientação, em
37 especial, dos empreendedores. **4) EXAME DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR.**

38 Aprovada por unanimidade a ata 49ª reunião da Unidade Regional Colegiada do Rio
39 Paraopeba, realizada em 5 de dezembro de 2011. **5) PROPOSTA DE AGENDA**
40 **ANUAL DE REUNIÕES DA URC PARAOPEBA. Apresentação: Supram**
41 **Central Metropolitana.** Aprovado por unanimidade o calendário de reuniões da
42 Unidade Regional Colegiada do Rio Paraopeba para 2012, nos termos da proposta
43 apresentada pela Supram, com sessões na última segunda-feira de cada mês, às 9h,
44 com exceção da reunião de dezembro, prevista para a terceira segunda-feira. **6)**
45 **PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO**
46 **CORRETIVA. 6.1) Sker Indústria Química Ltda. Fabricação de preparados**
47 **para limpeza e polimento. Sarzedo/MG. PA 09030/2005/002/2011.** Licença
48 concedida por unanimidade nos termos do parecer técnico e controle processual. **7)**
49 **PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICENÇA PRÉVIA**
50 **CONCOMITANTE COM LICENÇA DE INSTALAÇÃO. 7.1) Gerdau**
51 **Açominas S/A. Pilhas de estéril / rejeito. Ouro Branco e Congonhas/MG. PA**
52 **00040/1979/082/2011, DNPM 3584/1957.** Licença concedida por unanimidade nos
53 termos do parecer técnico e controle processual, com abstenções dos conselheiros
54 Francisco de Assis Lafetá Couto e Lígia Vial Vasconcelos. **8) PROCESSOS**
55 **ADMINISTRATIVOS DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO CORRETIVA. 8.1)**
56 **Água Mineral Serena Ltda. Extração de água mineral ou potável de mesa e**
57 **estradas para transporte de minério. Itatiaiuçu/MG. PA 23337/2008/001/2010,**
58 **DNPMs 831.927/2003 e 831.927/2005.** Licença concedida por unanimidade nos
59 termos do parecer técnico e controle processual. **8.2) Mineração Alto das Perdizes**
60 **Ltda. Lavra a céu aberto com ou sem tratamento de rochas ornamentais e de**
61 **revestimentos (ardósias). Pompéu/MG. PA 01075/2006/004/2011, DNPM**
62 **831514/1995.** Licença concedida por maioria com voto contrário da conselheira
63 Lígia Vial Vasconcelos, nos termos do parecer técnico e controle processual, com o
64 seguinte destaque registrado pela Presidência após as discussões nesta sessão: “O
65 processo será unificado em uma única Licença de Operação. A competência de
66 julgamento da Licença de Operação será da URC onde ocorre a maior abrangência
67 do empreendimento. Será verificada a exigência das compensações ambientais da
68 Lei do Snuc e Lei da Mata Atlântica e da compensação florestal. E o
69 empreendimento não poderá entrar em operação antes que essas questões sejam
70 sanadas.” **9) PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICENÇA DE**
71 **INSTALAÇÃO / AMPLIAÇÃO. 9.1) Essencis MG Soluções Ambientais S/A.**
72 **Aterro para resíduos perigosos de origem industrial. Betim/MG. PA**
73 **01034/2005/007/2010.** Processo retirado de pauta com pedidos de vista dos
74 conselheiros Mauro da Costa Val, Paula Meireles Aguiar e Marco Aurélio Moreira.
75 **10) PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO**
76 **CORRETIVA / AMPLIAÇÃO. 10.1) Nemark Alumínio do Brasil Ltda.**
77 **Produção de fundidos de metais não ferrosos, inclusive ligas, sem tratamento**
78 **químico superficial galvanotécnico, inclusive a partir de reciclagem / ampliação**
79 **da capacidade produtiva. Betim/MG. PA 00895/2003/011/2010.** Licença
80 concedida por unanimidade nos termos do parecer técnico e controle processual. **11)**

81 **PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DE LICENÇA DE OPERAÇÃO. 11.1)**
82 **Prefeitura Municipal de Brumadinho. Disposição final de resíduos sólidos**
83 **urbanos. Aterro sanitário. Brumadinho/MG. PA 00049/2005/003/2011.** Licença
84 concedida por unanimidade nos termos do parecer técnico e controle processual,
85 com o seguinte destaque: – Aprovada a exclusão da condicionante nº 9 do parecer
86 técnico e da exigência do item 4 (Monitoramento da Qualidade do Ar) do Anexo II.
87 Foram registradas as seguintes declarações de votos favoráveis à exclusão da
88 condicionante nº 9. Conselheiro Fábio Santos Dutra: “Atendendo à proposta da
89 prefeitura de investir em coleta seletiva na cidade como compensação pelo
90 empreendimento.” Conselheiro Paulo Emílio Guimarães Filho: “Apoio também a
91 retirada da condicionante de compensação da Lei do Snuc para que o recurso fique
92 no município.” Conselheiro Marco Aurélio Moreira: “A justificativa é tão somente
93 que é um empreendimento que por si só já é um grande avanço ambiental para toda
94 a região metropolitana, e somada a isso a proposição da prefeitura, que é aprimorar
95 o trabalho de educação ambiental e de coleta seletiva no município.” Conselheiro
96 Guilherme da Silva Oliveira: “Os mesmos motivos aqui já apresentados.”
97 Conselheiro Luiz Henrique Passos Rezende: “Como engenheiro sanitarista, eu sei
98 muito bem da dificuldade de um município gerir um aterro sanitário e da falta de
99 recursos para isso. Agora, eu acho que, quando a Lei do Snuc foi formulada, não
100 previram isso, não pensaram na hipótese de estarmos aqui votando uma
101 compensação para um aterro sanitário, que já é um ganho ambiental tremendamente,
102 na situação em que está o país. Por isso, eu apoio a prefeitura nisso.” Conselheiro
103 Mauro da Costa Val: “Eu não vou acrescentar nenhum argumento, e sigo os demais
104 conselheiros, pois concordo com todos esses argumentos.” **11.2) Usinas**
105 **Siderúrgicas de Minas Gerais S/A. Usiminas. Pilhas de rejeito / estéril. Mateus**
106 **Leme/MG. COPAM/PA 00226/1991/017/2011, DNPM 814.668/1973.** Licença
107 concedida por unanimidade nos termos do parecer técnico e controle processual. **12)**
108 **PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DE LICENÇA DE OPERAÇÃO**
109 **CORRETIVA. 12.1) Patrícia Pereira Peixoto Melo. Fabricação de telhas,**
110 **tijolos e outros artigos de barro cozido, exclusive de cerâmica. Rio Manso/MG.**
111 **PA 02061/2004/003/2010.** Licença concedida por unanimidade nos termos do
112 parecer técnico e controle processual. A conselheira Lígia Vial Vasconcelos
113 registrou recomendação à Supram para que seja exigida do empreendedor, no caso
114 de ampliação do empreendimento, a apresentação do cronograma de plantio de
115 eucalipto para utilização da lenha em cumprimento à Lei nº 14.209. **12.2) Águas do**
116 **Treme Ltda. Complexos turísticos de lazer, piscicultura tradicional e unidade**
117 **de pesca esportiva tipo pesque-pague. Inhaúma/MG. PA 02993/2005/002/2009.**
118 Processo retirado de pauta com pedido de vista do conselheiro Mauro da Costa Val.
119 **12.3) Mineração Alto Grande e Amaros Ltda. Lavra a céu aberto com ou sem**
120 **tratamento, rochas ornamentais e de revestimento (ardósias). Paraopeba/MG.**
121 **PA 00015/1989/003/2007.** Licença concedida por unanimidade nos termos do
122 parecer técnico e controle processual. **12.4) Denso Sistemas Térmicos do Brasil**
123 **Ltda. Fabricação de peças e acessórios para veículos rodoviários, ferroviários e**

124 **aeronaves. Betim/MG. PA 00431/2000/004/2010.** Licença concedida por
125 unanimidade nos termos do parecer técnico e controle processual. **13) PROCESSO**
126 **ADMINISTRATIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VALIDADE DA**
127 **LICENÇA DE INSTALAÇÃO. 13.1) Companhia Siderúrgica Nacional (CSN).**
128 **Unidade de tratamento de minerais / Planta de pelotização de minério de ferro.**
129 **Congonhas/MG. PA 00103/1981/041/2006, DNPM 43.306/1956.** Prorrogação de
130 prazo concedida por unanimidade nos termos do parecer técnico e controle
131 processual. **14) PROCESSO ADMINISTRATIVO DE PRORROGAÇÃO DE**
132 **PRAZO PARA ATENDIMENTO DE CONDICIONANTES DA LICENÇA DE**
133 **OPERAÇÃO CORRETIVA. 14.1) Companhia de Saneamento de Minas Gerais**
134 **(Copasa). Sistema de abastecimento de água do rio Manso. Brumadinho/MG.**
135 **PA 00037/1988/006/2010.** Prorrogação de prazos concedida por unanimidade nos
136 termos do parecer técnico e controle processual, com os seguintes destaques: –
137 Retificado o prazo de cumprimento da condicionante nº 24 para 24/1/2012 e
138 alterado o prazo da condicionante nº 26 para 24/3/2012. O conselheiro Mauro da
139 Costa Val registrou solicitação à Supram para que o órgão ambiental apresente
140 relatório detalhado de cumprimento das condicionantes relativas à ampliação do
141 sistema Rio Manso. **15) PLANO PARA INCREMENTO DO ÍNDICE DE**
142 **TRATAMENTO DE ESGOTOS SANITÁRIOS NA BACIA DO RIO**
143 **PARAOPEBA. Apresentação: FEAM.** O gerente de Monitoramento de Efluentes
144 da FEAM, Rodolfo Penido, fez apresentação do Plano para Incremento do Índice de
145 Tratamento de Esgotos Sanitários na Bacia do Rio Paraopeba. Segue síntese das
146 manifestações que se seguiram à exposição da FEAM. **Conselheiro Mauro da**
147 **Costa Val**: “Eu queria parabenizar o José Claudio Junqueira, que é o mentor desse
148 tipo de plano e de atuação; a equipe técnica, o Rodolfo e os seus colegas; as duas
149 bolsistas da Fapemig – Teresa e Joyce – que fizeram os trabalhos de campo. Um dos
150 maiores problemas que verificamos nessa área é uma desarticulação institucional,
151 que vem da base e vai até as direções das instituições. Não há uma postura
152 institucional que permita uma evolução conjunta, um nivelamento conceitual,
153 operacional, executivo e logístico de maneira a tornar mais efetiva a aplicação de
154 recursos públicos. Vemos, por exemplo, que um prefeito não recebe visita de
155 nenhuma instituição oferecendo algum apoio nessa área. Não foi explicitado, mas
156 temos a informação de que talvez 70% a 80% dos recursos da Funasa sofreram
157 desvios. Temos várias ETEs e nenhuma está operando adequadamente no caso dos
158 recursos da Funasa. A Funasa ofereceu recursos, que foram empenhados, e a
159 maioria das estações estão paradas, fechadas, com uma parte concluída, outra não
160 concluída e algumas que nem se iniciaram; e o recurso sumiu. A Funasa sabe disso e
161 os prefeitos hoje que não querem trabalhar com corrupção sequer aceitam nem
162 assinam mais nada com a Funasa. Eu sugeriria ao José Claudio Junqueira que
163 buscasse promover articulação institucional. Compartilhamento é a palavra e o
164 paradigma do terceiro milênio. É uma sugestão que eu gostaria de deixar muito bem
165 registrada, que é procurar agregar instituições, pessoas e atores locais para reduzir a
166 desarticulação institucional. O problema não é só de dinheiro, talvez o menor

167 problema seja de dinheiro. O problema é conversar, agregar e fazer bem feito. Quem
168 não conhece tratamento de esgoto pode entender que um plano como este venha
169 resolver os problemas relativos a recursos hídricos, principalmente em relação à
170 qualidade. Eu acho que, se fizermos o que está escrito neste plano, talvez se
171 resolvam 30% dos problemas. Primeiro, porque há uma série infundável de
172 substâncias químicas lançadas na bacia do Paraopeba hoje, e nós não conhecemos
173 quem lança e quais são os efeitos. Por exemplo, qual é a cinética de inserção na
174 cadeia alimentar. Não sabemos qual é a quantidade de cádmio, chumbo e arsênio
175 nos peixes que estamos comendo de lá. A outra questão é que não está colocado
176 naquele mapa que foi feito quem usa água naquelas regiões, quais são os usos da
177 água, quem tem prioridade ou não. Os usos preponderantes é que vão definir as
178 restrições e o nível de qualidade. Apesar de a DN 01, conjunta COPAM/CERH, ter
179 praticamente dado uma liberada geral no lançamento de matéria orgânica. Tínhamos
180 85% de eficiência mínima para reduzir DBO, e isso foi baixado para sessenta e
181 poucos. Foi uma sugestão da própria FEAM, do próprio doutor José Claudio
182 Junqueira. Em 13 de maio de 2008 é que foi publicada. Ao invés de restringir mais,
183 liberou. Em relação à tecnologia, seria bom promovermos um debate. A questão de
184 Uasb e Rafa seguida de processos aeróbios, no meu entender, causa problemas e não
185 vai alcançar o que está sendo colocado. Uasb sozinho não alcança. Isso é um
186 paradigma que temos que resolver. Quem já operou ETE sabe disso: Uasb não
187 resolve o problema. Se der mais do que 60% de eficiência na remoção de DBO, eu
188 tiro o chapéu. No caso de Uasb seguido de tratamento aeróbio, como é o caso de
189 Conselheiro Lafaiete, mesmo operando bem, a ETE vai passar a ter um nome igual
190 ou parecido com a ETE Bananeiras, de Lafaiete: o apelido popular é 'Fedozão'. O
191 metabolismo anaeróbio não alcança o que o aeróbio alcança; ele produz gás, e não
192 conseguimos retirar todos os gases, ninguém consegue retirar 100% dos gases. Se
193 está trancado e joga em cima de um percolador biológico, um filtro biológico, vai
194 volatilizar gases. Então, precisávamos arrumar um jeito de só fazer o anaeróbio ou
195 fechar um pouco. Discutimos muito nos últimos dias em relação ao plano diretor.
196 Há uma crítica do José Claudio e de outras pessoas internas de que nós sentamos em
197 cima do Plano Diretor da Bacia Hidrográfica do Rio Paraopeba, mas ninguém foi
198 conversar conosco. E foram colocadas outras críticas descabidas em relação ao
199 Comitê e ao Cibapar. Por isso, tivemos que conversar com o secretário e outras
200 pessoas para ver se é uma intenção de plano como este, além de não ajudar na
201 agregação e na articulação, ainda piorar a relação. Nós fazemos uma crítica, há
202 algum tempo, de que é muito pouco efetivo fazer plano diretor sem ter um cadastro
203 de usuários, sem saber quem lança o que e onde, por sub-bacia. Noventa e cinco por
204 cento dos planos diretores feitos em Minas Gerais são sabem quais são os usuários.
205 O nosso nível de outorga é da base de 10% a 20% dos usos reais. Fazer um plano
206 onde você não conhece nada. Tem algumas argumentações mais específicas:
207 contratamos o plano em 2008 e, no final de 2008 e início de 2009, o IGAM
208 contratou uma empresa para complementar e arrumar o cadastramento de usuários
209 que havíamos feito com dinheiro da Codevasf e ANA. Depois disso, foi contratado

210 o Plano Estadual de Recursos Hídricos. Se não adequássemos o Plano do Paraopeba
211 com o cadastro de usuários e com as diretrizes do plano estadual, ele já nasceria
212 desatualizado e morto, vamos dizer assim. Porque teríamos que fazer isso
213 imediatamente, como todos os outros planos vão ter que fazer daqui para frente, em
214 dois anos. Hoje, nós temos como fazer o balanço hídrico e calcular índice de uso por
215 sub-bacia. E já de início convidamos vocês da FEAM, assim como vamos convidar
216 outros, a participarem, durante os meses de janeiro e fevereiro. Vamos ter um dia da
217 semana em que vamos fazer uma mesa no Cibapar e vai estar aberta para
218 explicarmos e recebermos sugestões dessa atualização do plano diretor, mostrando
219 cada mecanismo, raciocínio e aplicativo. Como vamos fazer o cálculo da carga
220 máxima orgânica que pode ser lançada em cada trecho de rio e em cada
221 contribuinte, como vamos fazer o cálculo do índice de uso. É surpreendente, mas
222 tem sub-bacia do Paraopeba com mais de 100% de demanda do que a
223 disponibilidade em relação aos 30% da Q7-10. Aí, temos que fazer 50%, 70%. E
224 seria muito interessante para nós e efetivo que olhássemos para isso para ver como
225 encaminhamos não só técnica e cientificamente, mas como na questão da agregação
226 e do institucional junto aos responsáveis. Vamos convidar todos os maiores usuários
227 para participar disso. No caso de Betim, sugerimos que fosse feito o terciário,
228 remoção, pelo menos, de fósforo e nitrogênio, e isso não foi aceito na época. Com
229 certeza, vai ter um crescimento de cianofíceas, que já existem na região, tanto é que
230 a Copasa adotou o terciário para Ibitité, que vai começar daqui a pouco.” **O**
231 **presidente Danilo Vieira Júnior** sugeriu que o conselheiro Mauro da Costa Val se
232 reunisse com a equipe da FEAM para complementar as contribuições. **Conselheiro**
233 **Ernane Parreiras**: “Como presidente do Cibapar e do CBH Paraopeba, tudo que se
234 fala de tratamento, precauções e medidas que venham contribuir para a bacia do rio
235 Paraopeba é motivo de muito orgulho, o que nos faz demonstrar todo o apoio e
236 empenho para que sejam tomadas essas medidas. A razão da minha fala é para
237 reportar isso e também expressar um pouco da indignação porque, na pauta de
238 agradecimentos, talvez por descuido, ficou faltando fazer os agradecimentos ao
239 Cibapar, que acredito que foi o principal parceiro deste estudo, inclusive com visitas
240 de campo com a equipe, com funcionários, com um banco de dados que foi
241 disponibilizado. Então, fica aqui o meu protesto, mas acreditamos que isso pode ser
242 corrigido num momento futuro. Inclusive, encaminhamos um ofício ao secretário
243 Adriano demonstrando essa insatisfação.” **Conselheira Lígia Vial Vasconcelos**:
244 “Primeiramente, eu gostaria de parabenizar a FEAM e os técnicos envolvidos. Eu
245 acho que é um trabalho super importante, e eu não vou adentrar no mérito técnico.
246 Mas eu queria só fazer um alerta, aproveitando a oportunidade: novamente, onde se
247 tem estudo de identificação de problemas de setores, a AAF aparece, é recorrente.
248 Não temos um caso em que as AAFs concedidas pelo Estado não estejam gerando
249 problemas ou atendendo realmente. Eu acho que temos que ter um critério de
250 regularização simplificada para o Estado, mas é fato que as AAFS não estão
251 funcionando em nenhum setor, e o Estado realmente vai precisar rever a forma de
252 concessão e onde realmente precisa ser melhorada a questão de licenciamento

253 simplificado. Está aí mais uma prova de que a AAF é um problema para o Estado e
254 precisa, urgentemente, ser resolvida.” **Presidente Danilo Vieira Júnior**: “Só
255 esclarecendo que a DN 74 está sendo revista e as sugestões podem ser de muita
256 valia no momento dessa revisão. Com a criação da Subsecretaria de Fiscalização,
257 estamos montando um plano de fiscalização para 2012. Eu acho também que vai
258 verificar esses problemas que vêm sendo recorrentes não só neste Conselho, mas
259 também nos outros e aparecem mesmo com frequência e nos deixam preocupados.
260 Sabemos que a fiscalização está ocorrendo aquém do necessário, do ideal para que
261 possamos verificar in loco se o que foi informado pelos empreendedores está de fato
262 acontecendo. E esse cuidado nós vamos ter com essa grande campanha de
263 fiscalização que ocorrerá agora em 2012. Então, eu acho que podemos priorizar
264 também aqueles segmentos em que o problema está parecendo com mais frequência,
265 como o setor de saneamento, em que o lixo e o esgoto estão de fato nos
266 preocupando. Com isso, podemos rever esse ordenamento jurídico, que é a DN 74,
267 para que possamos ter outra diretriz no tratamento desse problema.” **Conselheiro**
268 **Paulo Emílio Guimarães Filho**: “Gostaria de prestar uma informação quanto a
269 essas ETEs que estão sem licença. Anteriormente, muitas das ETEs foram
270 licenciadas com AAF e, na época, não estava sendo cobrada a reserva legal. Para se
271 renovar essas AAFs, hoje, já se cobra. Então, estamos com uma dificuldade muito
272 grande nessa documentação para poder regularizar essa questão com a reserva legal.
273 Mas já têm sido feitos esforços para isso e o que notamos é que a documentação
274 para regularização fundiária, tanto da ETE quanto da reserva legal, muitas vezes,
275 nos foi repassada por prefeituras, e há falta de documentação. Então, estamos
276 tentando fazer essa regularização, mas existe realmente um número grande de AAFs
277 que venceram por causa desse problema.” **Presidente Danilo Vieira Júnior**:
278 “Estamos trabalhando e já fizemos reuniões nesse sentido, porque entendemos,
279 como o problema colocado aqui pela Lígia, que não estamos observando o
280 desempenho desses empreendimentos. Mas, por outro lado, também nos preocupa
281 burocratizar e ser muito exigente com um empreendimento que traz um ganho
282 ambiental tão grande. Se forem operar de forma correta, esses empreendimentos só
283 têm a contribuir. Os problemas são aqueles, deveriam estar operando de forma
284 correta e, quando vai se verificar, está acontecendo algum problema dessa natureza
285 igual ao que foi apresentado aqui. Eu acho que temos que fechar essa equação,
286 verificar uma forma de ter um processo célere, eficiente e desburocratizado.”
287 **Conselheira Paula Meireles Aguiar**: “Eu só queria destacar a questão relativa aos
288 custos dessa implantação. Foi colocada aqui a questão do Fhidro, e sabemos
289 também que parte do dinheiro da cobrança pelo uso da água também tem sido
290 utilizada – além do dinheiro do Fhidro – para a questão do saneamento básico.
291 Sabemos que é um problema grande, mas a posição da indústria, tanto aqui como
292 nos comitês, é de que o Estado, junto com os municípios, deveria ter recursos
293 orçamentários próprios para tratar dessa questão, para que o dinheiro do Fhidro e da
294 cobrança pelo uso da água seja efetivamente gasto em projetos de recuperação e
295 melhoria da qualidade da bacia, e não apenas de saneamento básico. A maior parte

296 desses recursos que poderiam estar sendo investidos em programas bem
297 interessantes de educação ambiental e de recuperação de matas ciliares acaba sendo
298 utilizada única e exclusivamente para saneamento básico. Eu queria só colocar esse
299 destaque para que busquemos, seja o governo federal, estadual ou municipal,
300 recursos orçamentários próprios para lidar com a questão do saneamento, e não
301 recursos do Fhidro e de outras fontes.” Conselheiro Saulo de Souza Queiroz: “Eu
302 queria parabenizar o trabalho apresentado pela FEAM e corroborar no sentido do
303 que a conselheira Paula colocou. Sabemos dos esforços da Secretaria – há um
304 volume muito grande de coisas – para ver se conseguimos concentrar mais essas
305 atividades, para que pudéssemos ter um resultado final mais objetivado.” Zuleika
306 Stela Chiacchio Torquetti, diretora de Gestão da Qualidade Ambiental, da
307 FEAM: “Eu gostaria de agradecer todas as contribuições e dizer que esse estudo
308 teve a intenção, exatamente, de sistematizar os dados sobre o tratamento de esgotos
309 na bacia. É uma sistemática que estamos implantando desde 2010 na FEAM, e que
310 sirva de base para várias outras discussões. Nos colocamos à disposição para
311 apresentar o plano em outros fóruns, inclusive técnicos, para aprofundar nas
312 discussões. Conselheiro Mauro, o senhor tem toda a razão ao levantar esses pontos
313 sobre tecnologia de tratamento e a vinculação com a qualidade da água. Estamos
314 trabalhando de forma articulada com o IGAM. Só a título de informação, todas as
315 metas estabelecidas para o próximo ano, dentro dos projetos estratégicos, Meta 2014
316 e revitalização da bacia do rio das Velhas, são pautadas nesta análise tanto do
317 tratamento de esgotos quanto dos efluentes industriais. Em 2012, vai ser a primeira
318 vez que vamos fazer o levantamento das fontes de lançamento de efluentes
319 industriais na bacia do Velhas, e vamos replicar para outras bacias. Temos muito
320 trabalho ainda para fazer, este é apenas um ponto de partida, e achamos importante
321 essa sistematização, que nunca tinha sido feita antes. Contamos com a compreensão
322 de todos os conselheiros de que estaremos sempre aprimorando essa ferramenta e à
323 disposição para as correções no texto que foi disponibilizado, que ainda não é um
324 texto final, bem como a apresentação deste plano e também do Velhas em outros
325 fóruns.” **16) ASSUNTOS GERAIS.** Presidente Danilo Vieira Júnior:
326 “Conseguimos completar esta 50ª reunião da URC Paraopeba. É um marco
327 importante. Gostaria de agradecer a todos os conselheiros que passaram por aqui no
328 decorrer dessas 50 reuniões. Gostaria de agradecer a equipe da Supram Central.
329 Graças a eles, os processos chegam aqui para serem votados. Eles que são
330 responsáveis pelo subsídio ao Conselho, por essa secretaria executiva, para a
331 realização dessas reuniões. Então, parabéns à Supram Central, parabéns aos
332 conselheiros por este marco importante dentro do Sisema e, por isso, eu peço uma
333 salva de palmas a todos.” **ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a
334 serem tratados, o presidente Danilo Vieira Júnior, desejou a todos feliz Natal e Ano
335 Novo e declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

336
337
338

339
340
341
342
343
344

APROVAÇÃO DA ATA

Presidente Danilo Vieira Júnior